

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO
1969-2009: MEMÓRIA E HISTÓRIA NA/DA ANÁLISE DO DISCURSO**

PORTO ALEGRE, DE 10 A 13 DE NOVEMBRO DE 2009

**ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 5: DITOS E SILENCIADOS DO MAIS
VIOLENTO DOS DECRETOS**

Eudes da Silva Santos
EUDESCORREIA@HOTMAIL.COM
Mestrando em Educação Brasileira
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Natália Santos Freitas
NATALIASF23@HOTMAIL.COM
Mestranda em Educação Brasileira
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Resumo

O presente trabalho realiza um estudo sobre o Ato Institucional Número Cinco, AI-5, decreto promulgado durante o governo do presidente da República Arthur da Costa e Silva, entre os anos de 1967 a 1969. O percurso da pesquisa estará subsidiado pelo aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de vertente francesa como caminho ao desvelamento dos sentidos possibilitados pelo texto do Decreto. A análise estará focada nas categorias Condições de Produção e Interdiscurso. O objetivo da pesquisa é, a partir do discurso ditatorial, validar a conceituação de discurso da AD, compreendido como integrante das relações sociais.

Palavras-chave: Análise do Discurso, AI-5, discurso ditatorial e práxis.

1. Introdução

Este trabalho busca desvelar os efeitos de sentido produzidos no texto que instituiu o AI-5 no Brasil, decreto promulgado durante o governo do presidente Arthur da Costa e Silva, entre os anos de 1967 a 1969. O artigo tem como base teórica a Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Pela limitação deste trabalho, nos deteremos ao uso das categorias: Condições de Produção e Interdiscurso.

A partir da caracterização de discurso, entendido como produto da interação sujeito/coletividade, desenvolvida por Mikhail Bakhtin e intensificada por Pêcheux, nos reportamos ao texto do AI-5 para identificar o posicionamento dos dizeres militares em relação aos outros dizeres¹ e

¹ Ao período temos o discurso religioso, o da militância de esquerda, o econômico, o estudantil e tantos outros que, como não podia deixar de ser, dialogavam entre si.

seus reflexos na conformação dos discursos circulantes na época ditatorial. A escolha pela AD, como teoria de análise, está amparada na compreensão de que só indo ao discurso, aqui entendido como práxis social, e não puramente ao texto, é que será possível perceber as posições ideológicas. Portanto, o texto será utilizado apenas como uma das possíveis manifestações a que o sujeito social recorre para se fazer significar. Partimos do pressuposto de que tal sujeito nem é “o total responsável pela produção de sentido, nem é totalmente reprodutor de discursos cristalizados e impassíveis de nova significação. O sujeito estaria no interstício dessas duas concepções (KOGAWA, O discurso-arte de Chico Buarque. Poder sobre o sujeito brasileiro, 2005)”.

2. Análise do Discurso: uma breve exposição

Entrelaçada por outras teorias: a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise, a Análise do Discurso foi iniciada por Michel Pêcheux, na França, em fins da década de 60, surgindo de início em oposição às idéias estruturalistas de Ferdinand de Saussure (europeu) e as do também estruturalista Noam Chomsky (americano). Resumidamente, a abordagem discursiva pecheutiana passa a analisar a língua posta em funcionamento, imersa nas relações da sociedade. E, como afirma Carneiro (O discurso fundador do Acre: heroísmo e patriotismo no último oeste, 2008): o sujeito da AD é descentralizado, visto que é cindido pela ideologia.

Cabe adiantar, para o desenvolvimento deste trabalho, que a língua será tratada não de forma higienizada, sem qualquer contaminação social, mas ao contrário, como reflexo direto das relações sócio-políticas, como *práxis*. E tomando como base a incompletude do dizer e a inexistência de um dizer desfocado de outros discursos, nos ancoramos no que diz MAINGUENEAU *apud* CAVALCANTE (Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira. O simulacro de um discurso modernizador, 2007): “Um discurso não se inscreve sobre uma página branca; quando ele se constitui não pode ser senão em um campo já saturado por outros discursos. Desse modo, o novo não pode se enunciar senão por um “re-agenciamento do que já está lá”.

Dessa forma, podemos então analisar o decreto do AI-5 numa correlação direta com acontecimentos mediatos e imediatos da conjuntura nacional brasileira e internacional. Para Pêcheux (Semântica e discurso, 1997),

A instância ideológica existe sob a forma de *formações ideológicas* (referidas aos aparelhos ideológicos de Estado), que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe: os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’”. (grifos do autor).

Seguindo essa formulação conclui-se que um mesmo discurso abarca várias formações discursivas, e, para tanto, remete a múltiplas formações ideológicas. Faz-se necessário então capturar o discurso como resultado das suas condições de produção. Para dar seguimento ao intuito deste

trabalho, desvelar o discurso ditatorial, priorizaremos a análise a partir da seleção de algumas seqüências discursivas (SD) extraídas do texto que implementou o Ato Institucional nº5².

3. A análise

As seqüências discursivas serão analisadas sob a perspectiva materialista das relações sociais. Como já foi adiantado anteriormente, o sujeito da AD é um ser que faz história, mas, ao contrário do sujeito assujeitado de Althusser, ele é, na nossa perspectiva, dotado de escolhas, ainda que muito marcado pelas suas condições de produção.

Cavalcante e Magalhães (História, consciência e inconsciente. O sujeito na Análise do Discurso, 2008) ratificam essa visão de sujeito quando dizem, “defendemos um sujeito constituído nas práticas sociais concretas, por elas condicionado, mas também capaz de fazer escolhas, não qualquer uma, mas dentro das possibilidades permitidas pela objetividade.” No contexto da ditadura militar, as possibilidades desta escolha ficaram silenciadas. Muito mais que isso, ficaram proibidas. Desse modo, diz Orlandi (As formas do silêncio, 1993), “a censura interdita as escolhas dos sujeitos por determinadas formações discursivas”.

Selecionamos algumas categorias que irão nos auxiliar na análise das seqüências discursivas³: Condições de Produção e Intercurso, para a partir daí verificar, sob a materialidade da língua, as manifestações ideológicas inseridas no discurso ditatorial.

SEQÜÊNCIAS DISCURSIVAS

SD 1 – Considerando que a Revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, **assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana.**

SD 2 - **no combate à subversão e às ideologias contrárias** às tradições de nosso povo, **os meios indispensáveis** à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil.

SD 4 - Considerando que, assim, **se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução**, preservando a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País **comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária.**

3.1 Condições de produção do decreto

² O AI-5 durou até 31 de dezembro de 1978.

³ A íntegra do texto do decreto possibilita outras análises, que serão desenvolvidas mais adiante, visto que esta pesquisa ainda está em desenvolvimento.

Para Pêcheux, o sentido das palavras não pertence à própria palavra, não é dado diretamente em sua relação com a ‘literalidade do significante’; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. (PÊCHEUX *apud* CAVALCANTE, Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira. O simulacro de um discurso modernizador, 2007). Um panorama histórico da década 60 confirma o seguinte pensamento.

As Insurreições que atingiram o continente latino-americano fizeram com que os militares se armassem de grande estrutura coercitiva (moral e ideológica). A fim de abafar e impedir que os ideais comunistas provocassem ainda mais tensionamento entre os brasileiros. Foram várias as convulsões político-econômicas que nortearam a esquerda no Brasil. A Revolução Cubana, iniciada em 59, a Argelina, a luta revolucionária no Vietnã e os processos de independências nacionais na África negra e no mundo Árabe foram alguns desses movimentos insurgentes (REIS, 2002). Por outro lado, o modelo desenvolvimentista aplicado no Brasil já não correspondia às expectativas daqueles que presenciavam a queda no ritmo de crescimento e o aumento inflacionário.

Para Bakhtin (*apud* Cavalcante, Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira. O simulacro de um discurso modernizador, 2007): os sentidos do discurso são determinados, pela situação social mais imediata, que, por sua vez, resulta do meio social mais amplo. Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (Orlandi, 2001).

Em **SD 2** e **SD 3** são feitas referências a grupos opostos aos militares (ditos subversivos), como em “**no combate à subversão e às ideologias contrárias (SD 2)**”; ou ainda em, “**comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária (SD 3)**”. Eles silenciam que lutavam, não contra uma mera subversão, mas contra qualquer perspectiva de mudança da estrutura social daquele período.

3.2 Interdiscurso

Em **SD 3**, “se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da **Revolução**”, o termo Revolução é reivindicado pelos militares como forma de estabilizar o país. Como é sabido, a Ditadura Militar brasileira eclode justamente para dar resposta ao processo revolucionário (àquele ligado aos partidos de esquerda) que atingia grande parte da América Latina. Convém salientar que militares e comunistas tinham visões completamente dissonantes sobre o que correspondia Revolução. Esta palavra passa a representar não somente um símbolo, mas principalmente um signo de demarcação ideológica.

Para M. Bakhtin (Marxismo e Filosofia da Linguagem, 1979) todo símbolo converte-se em signo a partir do momento em que cumpre com determinações ideológicas. Ainda segundo ele, “tudo

que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia.”

Levantamos essas caracterizações por conformarmos do mesmo posicionamento do referido autor. Entendamos aqui a linguagem como produto ideológico de determinada formação e função sociais. Para tanto, é importante enfatizar que um símbolo só adquire postura de signo a partir de sua finalidade na sociedade. Os signos serão assim as manifestações ideológicas que podem ser representadas de várias formas.

O AI-5 é a materialização (resposta) do conflito ideológico que permeou toda a Ditadura Militar. Os militares, para demarcar posição e atingir o consenso, utilizavam em seus discursos termos afins com a ideologia socialista. No entanto, a similaridade lingüística representava de fundo um grande distanciamento nas idéias que norteavam o pensamento comunista. Courtine e Marandin *apud* Cavalcante (2007) caracterizam este efeito de sentido como Interdiscurso, segundo eles,

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma Formação Discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos pré-construídos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno; a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos; organizar sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou denegação.

Ainda em SD 3 há a tentativa de demonstrar ao povo brasileiro o quão imprescindíveis eram as medidas atribuídas ao AI-5. Os autores utilizam as palavras Revolução (escrita no original equivocadamente por Resolução) e Poder Revolucionário para dar dimensão da profundidade dos seus intentos.

Os militares apoiaram-se muito na palavra Revolução para dialogar com o que a palavra ecoava naquele momento de efervescência histórica. Vulgarmente, o significado da palavra faz menção a uma mudança estrutural da sociedade, onde um grupo de ideal político-econômico divergente toma o poder. No entanto, com que parte da sociedade os militares se identificavam? Com o povo?

O estranhamento social dos militares é produto de sua formação. Lênin (2005), em *O Estado e Revolução*, explica que esse estranhamento é necessário para que os militares não se sintam parte daquele grupo. O não envolvimento possibilita uma ação mais incisiva. A Ditadura atua no veto à circulação dos significados, impede o trabalho histórico dos sentidos. Dessa forma joga com o princípio do autor e responsabiliza o sujeito quanto ao que diz.

Sobre a (re) significação do termo Revolução, nos apoiamos em duas percepções divergentes, mas que levam a um único entendimento sobre a real intencionalidade do uso da palavra então analisada. A primeira,

A Revolução se distingue do golpe de Estado, porque este se configura apenas como uma tentativa de substituição das autoridades políticas existentes dentro do quadro institucional, sem nada

ou quase nada mudar dos mecanismos políticos e sócio-econômicos. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, Dicionário de Política, 1993).

E a segunda, extraída do depoimento⁴ do comandante (ao período de 1968), Carlos de M. Mattos, sobre a idéia de a Ditadura ter um cunho de Revolução fundadora, “Pode-se dizer até, se quiser abrandar, uma revolução reformista. Mas era uma revolução que não aceitava aquele estado de coisas anterior. Não aceitava.”

O “estado de coisas” a que se referiu o comandante era a confluência de insurreições e protestos, e porque não, Revoluções, que teimavam em não aceitar o estado de coisas da sociedade capitalista. Caracterizada, no Brasil, por uma dinâmica econômica que, a partir da inflação, só aumentava a estratificação social.

4. Conclusão

O nosso objetivo com este trabalho era o de desvelar os discursos existentes em um documento bastante representativo da nossa recente história. O AI-5 nos possibilitou uma reflexão sobre como se deu o processo de apropriação do poder, como também compreender os motivos reais pelos quais foram tomadas medidas drásticas em nome de um ideal.

E, para tanto, foi de fundamental importância o aporte teórico da Análise do Discurso. A partir do uso de algumas categorias da AD é que pudemos chegar a uma compreensão mais aprofundada dos fatos que levaram à imposição do AI-5 e, portanto, saindo do plano puramente interpretativo.

A perspectiva defendida pela AD de linha francesa nos possibilitou uma visão materialista do decreto, embasada na contribuição teórica iniciada por Bakhtin e intensificada por Pêcheux. A intenção primeira do trabalho foi esmiuçar o decreto a partir da vertente da Análise do Discurso, para, desse modo, demonstrar a importância do estudo (compreendendo, como afirmamos no desenvolver do trabalho, que os grupos apresentam discursos a partir da ótica de classe) com o suporte das categorias, como “condições de produção”.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5ª ed, Brasília, DF: UNB, 1993.
- CARNEIRO, Eduardo C. **O discurso fundador do Acre: heroísmo e patriotismo no último oeste**, 2008. Disponível em: WWW.OVERMUNDO.COM.BR/.../O-DISCURSO-FUNDADOR-DO-ACRE-HEROISMO-E-PATRIOTISMO-NO-ULTIMO-OESTE. ACESSO EM: 10 DE FEV DE 2009.
- CAVALCANTE, M. S. A. de O. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**. O simulacro de um discurso modernizador. Maceió: Edufal, 2007.
- MAGALHÃES, B. R. **História, consciência e inconsciente**. O sujeito na Análise do Discurso. Revista Leitura - Análise do Discurso, EDUFAL, 2008.

⁴ Extraído também do Livro “Visões do Golpe. A memória militar sobre 1964”. Ver em referências.

KOGAWA, João M. M. **O discurso-arte de Chico Buarque**. Poder sobre o sujeito brasileiro (2005). Disponível em: [HTTP://WWW.URUTAGUA.UEM.BR/007/07KOGAWA.HTM](http://www.urutagua.uem.br/007/07KOGAWA.HTM). Acesso em 14 de Nov. de 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e revolução**. São Paulo: Instituto José Luis de Rosa Sandermann, 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Princípios e procedimentos. 3ª ed, Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **As Formas do Silêncio**. No movimento dos sentidos. 2ª ed, Campinas, SP: Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, Tradução Eni P. Orlandi, 1997.

REIS, D. A. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. 2 ed, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.